



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO

Estado do Rio Grande do Sul

EDITAL Nº 056/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019

FABIO PERSCH, Prefeito de Bom Princípio, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Princípio, sita à Avenida Guilherme Winter, nº 65, encontra-se aberta LICITAÇÃO, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, encerrando-se o prazo para recebimento dos envelopes da PROPOSTA DE PREÇO e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO no dia **15 de julho de 2019, às 9 horas.**

01- DO OBJETO DA LICITAÇÃO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

O objeto do presente edital é a contratação de empresa, sob regime de empreitada global (mão de obra e materiais) para execução de reforma do ginásio de esportes do complexo esportivo união, conforme descrição nos Anexos I, II e III do presente edital.

1.1 No valor deverão estar inclusas todas as liberações e taxas do CREA.

1.2 Prazo: 90 (noventa) dias, a contar da emissão da ordem de serviço, para a execução e conclusão da obra.

02 – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão a conta das seguintes dotações do orçamento vigente:

5 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT. E DESPORTO

6 - DESPORTO E LAZER

27.812.0204.1011 CONSTR. AMPLIAÇ. REF. QUADRAS, CAMPOS E GINÁS. ESP.

344905100000000 OBRAS E INSTALAÇÕES (997)

Recurso: 11 Alienação

344905100000000 OBRAS E INSTALAÇÕES (1515)

Recurso: 1 Livre

03 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 - O licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro, diretamente ou através de seu representante legal que, devidamente identificado e credenciado nos moldes do (anexo VI) deste Edital, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse do representado.

3.2 - Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa, o qual deverá estar munido de cédula de identidade ou outro documento equivalente.

3.3 - O documento para credenciamento (anexo VI), juntamente da declaração que cumpre os requisitos de habilitação do edital (anexo V) deverão ser apresentados fora dos envelopes 01 e 02.

3.4 - Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes a presente licitação.

3.5 - A empresa que desejar utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147 de 2014, deverá apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte ou Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007.

3.6 – Ato constitutivo, estatuto em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. (fora dos envelopes 01 e 02).

OBS: O documento discriminado no item 3.6, deve ser apresentado, em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião ou por servidor desta administração. No caso de apresentação de cópia autenticada, a proponente obriga-se a fornecer ao pregoeiro os originais correspondentes em qualquer momento que lhe for solicitado.



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO

Estado do Rio Grande do Sul

04 - DA PROPOSTA DE PREÇO

4.1 - A proposta de preços deverá ter a identificação da empresa, em 01 (uma) via, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, identificada e assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal da proponente, a ser entregue em envelope devidamente fechado e rubricado no lacre, contendo, na parte externa e frontal, a indicação do envelope nº 1, para o que se sugere a seguinte inscrição:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019
MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO/RS
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

4.2 - Na Proposta de Preços deverá constar:

4.2.1 - Declaração expressa de prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da abertura do Envelope nº 01 - Proposta de Preços, conforme art. 6º Lei nº 10.520/2002;

4.2.2 – Preço unitário de cada item, e preço global de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, sendo os valores em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (R\$), com duas casas decimais após a vírgula, considerando as condições deste edital;

4.2.3 - Prazo de conclusão e entrega conforme especificado no Edital.

4.3 - Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestamente inexequíveis, presumindo-se como tais, as que contiverem valores irrisórios ou excessivos, ou aquelas que ofertarem alternativas.

4.4 - A apresentação da(s) proposta(s) implicará a plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

4.5 - Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste edital, nem preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais proponentes.

4.6 - Todos os insumos que compõem o preço, tais como materiais, aparelhos, equipamentos, veículos, assim como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, correrão por conta da proponente.

4.7 - Os preços cotados são irrevogáveis.

05 - DA HABILITAÇÃO

5.1 - Para habilitação, deverá a empresa vencedora apresentar, no envelope nº 02 - Documentos de Habilitação, os documentos discriminados no item 5.2, em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião ou por servidor desta administração. No caso de apresentação de cópia autenticada, a proponente obriga-se a fornecer ao pregoeiro os originais correspondentes em qualquer momento que lhe for solicitado.

5.1.1 - Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pelo Município.

5.1.2 - Os proponentes interessados na autenticação das cópias por servidor do município deverão se dirigir ao setor de licitações no máximo até um dia útil antes do início da sessão de abertura da licitação para proceder a autenticação.

5.1.3 - Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ.

5.1.4 - Os documentos necessários à HABILITAÇÃO deverão ser apresentados em envelope indevassável, lacrado, contendo identificação do envelope nº 02 na face externa, para o que se sugere a seguinte inscrição:



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO

Estado do Rio Grande do Sul

PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019
MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO/RS
ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

5.2 - Os proponentes deverão apresentar os documentos a seguir, em (01) uma via:

5.2.1 - Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedade comercial, acompanhado de documentos de eleição de seus diretores, no caso de sociedade por ações;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.2.2 - Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante pertinente ao seu ramo de atividade;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, sendo a última do domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- e) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- f) Certidão Negativa de Dívida Ativa com a União expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho.

5.2.3 - Qualificação Técnica:

- a) Certidão de registro do Engenheiro Responsável no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – (CREA) conforme artigo 59 da Lei Federal nº 5.194/66;
- b) Comprovação, por meio de contrato social, ficha funcional, carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviços, de que a licitante possui em sua equipe profissional no mínimo um Engenheiro Civil, com respectiva habilitação acadêmica e comprovação de sua inscrição no órgão de classe correspondente;
- c) Atestado de capacidade técnica operacional (um), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão da empresa para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação. O referido atestado deverá comprovar a execução de serviços de características iguais ou semelhantes.
- c) Atestado de capacidade técnica profissional (um), do profissional responsável indicado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão do profissional para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação. O referido atestado deverá comprovar a execução de serviços de características iguais ou semelhantes.
- d) Declaração de que dispõe dos equipamentos necessários para a execução dos serviços.

5.2.4 - Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício (2018), já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, registrado na Junta Comercial, devidamente assinado pelo responsável técnico e diretor da empresa, com a apresentação do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário, sendo que o Licitante deverá apresentar planilha, consubstanciada nestes documentos, atendendo aos seguintes indicadores para verificação da situação financeira da empresa:

Índice de Liquidez Geral (LG)

Índice de Liquidez Corrente – (LC)

Índice de Solvência Geral – (SG)

LG = AC + RLP Igual ou superior a 1,0



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO

Estado do Rio Grande do Sul

PC + ELP

LC = AC Igual ou superior a 1,0 PC

SG = A REAL Igual ou superior a 1,0

PC + ELP

AC = Ativo Circulante.

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante.

ELP = Exigível a Longo Prazo

A REAL = Ativo total diminuído dos valores não passíveis de conversão em dinheiro, tais como ativo diferido, despesas pagas antecipadamente, imposto de renda diferido, etc.

b) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com prazo não superior a sessenta (60) dias, contados da data do cadastro.

5.2.5- Cumprimento do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, por meio de declaração da proponente de que não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos.

5.3 - Todos os documentos constantes dos itens 5.2.1 a 5.2.5, deverão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou funcionário do Município, ou publicação na imprensa local.

5.4- A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes legais presentes e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

5.5- A microempresa e a empresa de pequeno porte, que atender ao item 5.2.2, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 05 (cinco) dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

5.6 - O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogada uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

5.7- Ocorrendo a situação prevista no item 5.5, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

5.8 - O benefício de que trata o item 5.5 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

5.9 - A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 5.5, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 9 deste Edital.

5.10 - O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do Pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

5.11 - Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, ou publicação em órgão da imprensa oficial, sendo dispensada a autenticação quando se tratar de cópia disponibilizada por intermédio da Internet.

5.12- O Pregoeiro poderá, em qualquer fase do processo licitatório, realizar diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, sendo, neste caso, vedada a inclusão e/ou substituição do documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

5.13- Caso algum dos documentos fiscais ou trabalhistas obrigatórios, exigidos para cadastro esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

5.14- Os documentos apresentados no credenciamento e ora exigidos ficam dispensados de reapresentação.

5.17- A apresentação de todos os documentos de habilitação exigidos no presente edital são de caráter obrigatório e o seu descumprimento ensejará a inabilitação automática da licitante.

5.18- Não tendo a empresa classificada como vencedora do certame apresentada documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO

Estado do Rio Grande do Sul

legislação que rege o procedimento, e será convocada então a empresa seguinte na ordem de classificação, e assim sucessivamente, cabendo ao pregoeiro a análise das propostas que atendam ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

5.19- A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes legais presentes e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

06 - DOS PROCEDIMENTOS DA LICITAÇÃO

6.1 - No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados e entrega dos envelopes nº 01 e nº 02.

6.2 - Em nenhuma hipótese serão recebidas documentação e proposta fora do prazo estabelecido neste Edital.

6.3 - Em atendimento ao disposto no inciso VII, do artigo 4º, da Lei nº 10.520, o representante legal credenciado apresentará nos moldes do (Anexo V) deste Edital, fora dos envelopes, declaração que sua representada cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos no Edital, sob pena de não-aceitação de sua proposta pelo pregoeiro.

6.4 - Serão abertos, pelo Pregoeiro, todos os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que se procederá a verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.5 - O Pregoeiro procederá à classificação da proposta de menor preço global e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participarem dos lances verbais.

6.6 - Caso não haja pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item 6.5, serão classificadas as propostas subsequentes que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três), já incluída a de menor preço, qualquer que tenham sido os valores oferecidos.

6.7 - No curso da Sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta de maior valor, até a proclamação da vencedora.

6.8 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem dos lances.

6.9 - A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida à ordem prevista.

6.9.1 - Dada a palavra à licitante, esta disporá de 30 (trinta) segundos para apresentar nova proposta.

6.10 - É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

6.11 - O pregoeiro poderá, a seu critério no decorrer da etapa competitiva de lances estabelecer intervalo mínimo de redução.

6.12 - O desinteresse ou desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do proponente da etapa de lances verbais, sendo que no caso de desinteresse valerá o julgamento do valor da proposta escrita e no caso de desistência valerá o último lance ofertado.

6.13 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os proponentes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.14 - Dos lances ofertados não caberá retratação, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no presente edital.

6.15 - Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo o Pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

6.16 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, decidindo, motivadamente, a respeito.

6.17 - A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços global propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital, com preço de mercado e ofertar o menor preço global.

6.18 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação; as que contiverem opções de preços alternativos; as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente.

6.19 - Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no Edital.



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO

Estado do Rio Grande do Sul

6.20 - Após a etapa anterior, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de "HABILITAÇÃO" do proponente que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste Edital.

6.21 - Caso o proponente classificado em 1º (primeiro) lugar seja inabilitado, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do Edital.

6.22 - Verificado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o proponente será declarado vencedor.

6.23 - Em qualquer das hipóteses anteriores, ainda poderá o Pregoeiro negociar, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

6.24 - Qualquer proponente, desde que presente e devidamente representado na Sessão, poderá manifestar imediata e motivadamente, no final da mesma, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido prazo de 03 (três) dias a contar da abertura do envelope proposta, para apresentação das razões do recurso, ficando os demais proponentes, desde logo, intimados para apresentarem contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo daquele recorrente.

6.24.1 - Os recursos deverão ser encaminhados ao Pregoeiro, no endereço mencionado no preâmbulo, mediante protocolo na Prefeitura Municipal, vedado qualquer outra forma de encaminhamento.

6.24.2 - O recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo. O deferimento do pedido de recurso importará a validação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.25 - Decorrido o prazo de recurso, sem que nenhum tenha sido interposto, ou decididos os porventura interpostos, o Pregoeiro remeterá o processo ao Prefeito Municipal, para homologação e adjudicação do objeto.

6.26 - A falta de manifestação imediata e motivada do proponente em interpor recurso, na sessão, importará na decadência do direito e na continuidade do certame pelo Pregoeiro, atendendo as regras e condições fixadas no Edital, opinando pela adjudicação do objeto da licitação ao proponente vencedor.

6.27 - Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos, que será assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e representantes presentes, constando da mesma toda e qualquer declaração.

6.28 - A Sessão Pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto ser esclarecidas previamente junto ao Setor de Licitações deste Município.

6.29 - Caso haja necessidade de adiamento da Sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, as licitantes presentes.

6.30 - O envelope de documentação deste pregão que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

07 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

7.1 - Será considerada vencedora a proposta de MENOR PREÇO GLOBAL, de acordo com a proposta, desde que atendidas as especificações constantes no Edital.

7.2 - O objeto deste PREGÃO PRESENCIAL será adjudicado ao proponente cuja proposta seja considerada vencedora.

7.3 - Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, na própria sessão, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

7.4 - O pregoeiro poderá desclassificar as propostas cujos preços estejam superiores aos praticados no mercado ou suspender a sessão para que seja realizada pesquisa a fim de verificar tal conformidade.

7.5- Serão automaticamente desclassificadas propostas financeiras excedentes à **R\$ 78.977,01 (Setenta e oito mil, novecentos e setenta e sete reais e um centavo)**.

08 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

8.1 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO

Estado do Rio Grande do Sul

envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

8.2 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que, tendo-os aceito sem objeção, venha a apontar, depois da abertura dos envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

8.3 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

8.4 - A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

8.5 - A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

09 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1 - Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.

9.2 - A autoridade competente homologará o resultado da licitação, e a seguir será emitida nota de empenho.

10 - DAS PENALIDADES

10.1 - A recusa pelo fornecedor em prestar o serviço adjudicado acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total homologado.

10.2 - O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega, acarretará a multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total homologado.

10.3 - O não-cumprimento de obrigação acessória, sujeitará o fornecedor à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total homologado.

10.4 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

10.5 - Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

10.6 - As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

10.7 - Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

10.8 As penalidades cabíveis em caso de descumprimento ou inexecução do contrato, ou obtenção de vantagem indevida pela contratada, são as dos arts. 86, 87, 88 da Lei nº 8.666/93.

11 - DO PAGAMENTO E REAJUSTE

11.1 - Os pagamentos serão realizados de acordo com a execução da obra, após a medição e recebimento de cada etapa, pelo fiscal do contrato, Sr. Carlos Aurelio Altmann, conforme cronograma físico-orçamentário constante do anexo III deste Edital, até o 5º dia útil do recebimento, mediante depósito bancário, condicionado à apresentação de nota fiscal correspondente, juntamente com a planilha contendo os serviços prestados.

11.2 - O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

11.3 - A Nota Fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do Pregão e número de empenho, a fim de acelerar o trâmite do documento fiscal para pagamento.

11.4 - No caso de depósito em conta bancária, a empresa vencedora deverá informar os dados bancários em nome da mesma para que sejam efetuados os pagamentos.

11.6 - O preço do objeto desta licitação será fixo e irrevogável.



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO

Estado do Rio Grande do Sul

12 – DO CONTRATO

12.1- Após a homologação do objeto, o proponente vencedor terá o prazo de até 05 (cinco) dias para assinar o contrato, e iniciar as obras, imediatamente após a mediante ordem de serviço sob pena de decair do direito à contratação e execução da obra, conforme art. 81 da Lei nº 8.666/93.

12.2 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.3 – A Contratada é responsável pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.4 - A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente a contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

12.5 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei.

12.7 – O contrato a ser firmado terá validade de acordo com o disposto no item 1.4 do presente edital.

13 - DOS ANEXOS

13.1 - Fazem parte do presente PREGÃO PRESENCIAL:

13.1.1 – Anexo I – Memorial descritivo;

13.1.2 - Anexo II – Planilha orçamentária;

13.1.3 - Anexo III – Cronograma físico-financeiro;

13.1.4 - Anexo IV - Contendo o modelo da proposta de preço;

13.1.5 – Anexo V - Contendo declaração de preenchimento dos requisitos de habilitação;

13.1.6 – Anexo VI - Contendo o modelo de credenciamento;

13.1.7 – Anexo VII – Contendo o modelo de declaração negativa de emprego a menor;

13.1.8 – Anexo VIII – Declaração de que dispõe dos equipamentos;

13.1.9 – Anexo IX – Contendo o modelo de Minuta do contrato.

14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO PRESENCIAL.

14.2 - Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender quaisquer das disposições do presente PREGÃO PRESENCIAL.

14.3 - A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

14.4 - O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representantes presentes.

14.5 - No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

a) adiada sua abertura;

b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

14.6 - Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou expediente normal subsequentes aos ora fixados.

14.7 - O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência do Município, RS, dentro do limite permitido pelo Artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93, sobre o valor inicial contratado.

14.8 - O Município não se responsabilizará por documentação e propostas enviadas por via postal, ou entregues em outro setor que não seja o especificado no preâmbulo deste edital.

14.9 - Uma vez iniciada a abertura dos envelopes, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários.

14.10 - Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser encaminhado por escrito ao Pregoeiro, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sito à Avenida Guilherme Winter, 65, em horário de expediente, de segunda a quinta-feira das 08h às 12h e das 13h às 17h30min, às sextas-feiras das 07h às 13h, pelo e-mail compras@bomprincipio.rs.gov.br, ou pelo site www.bomprincipio.rs.gov.br.



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO

Estado do Rio Grande do Sul

14.11 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da Comarca de São Sebastião do Caí, RS, com expressa renúncia a outro, por mais privilegiado que seja.

Bom Princípio, 27 de junho de 2019.

FABIO PERSCH
Prefeito Municipal

O presente edital encontra-se em conformidade
com os termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.
Em ____/____/2019.



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO

Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO I MEMORIAL DESCRITIVO

1 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES:

1.1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

Antes de se iniciar qualquer serviço referente à obra, deverá ser entregue ao fiscal designado pela Prefeitura Municipal a Matrícula da Obra no INSS e a ART – Anotação de responsabilidade técnica, referente a todos os serviços a serem executados. Mediante o recebimento e posterior análise dos documentos recebidos, será expedida a Ordem de Serviço em até 7 (sete) dias corridos.

2 – SERVIÇOS PRELIMINARES:

2.1 – RETIRADA E DESCARTE DO MATERIAL:

Antes de iniciar a obra de fato, deve-se executar a retirada e demolição de materiais como consta em orçamento, tais como a cobertura de madeira do corredor externo do ginásio.

2.2 – LIMPEZA DO TERRENO:

Deverá ocorrer a limpeza de revestimento cerâmico utilizando hipoclorito de sódio nos locais onde a sujeira está impregnada, assim como nas paredes, onde a limpeza será feita com ácido muriático. Além da limpeza com jato de alta pressão de ar e água nas calhas e no piso de concreto ao redor da quadra poliesportiva.

3 – INSTALAÇÕES HIDRÁULICO-SANITÁRIAS:

3.1 – GENERALIDADES:

Será realizada trocas de registros de pressão, bruto, latão rosável, 25mmx1/2”, com acabamento e canopla cromados, fornecido e instalado, local de instalação segue descrito no projeto arquitetônico.

4 – APARELHOS SANITÁRIOS:

4.1 – PORTA TOALHA METÁLICO COM BASTÃO:

Serão metálicos, fixados nas paredes, próximos aos lavatórios, a 1,20m de altura.

4.2 – PAPELEIRA METÁLICA:

Serão metálicas, com rolete de plástico PVC, fixadas na parede lateral às bacias sanitárias, conforme altura e localização determinada na NBR9050.

5 – INSTALAÇÕES ELÉTRICAS:

Seguirão as instalações elétricas, respeitando pontos, bitolas de fios, disjuntores e demais componentes indicados em planta, tendo como parâmetro o RIC da antiga CEEE, sendo executadas por profissionais capacitados.

A tubulação que percorre na estrutura de madeira na cobertura externa será de tubo corrugado flexível aparente.

As instalações elétricas deverão ser completas, com a instalação dos pontos, espelhos, caixas, interruptores, tomadas, luminárias, tubulações, as tomadas da sala de computadores serão do tipo três pinos com aterramento, lâmpadas, etc.

6 – ESQUADRIAS:

6.1 – PORTAS:

Serão nas dimensões e posições indicadas nas plantas baixas de projeto arquitetônico. Serão de alumínio, com instalação do marco na largura da parede pronta e com a espessura de 35mm. Utilização de no mínimo três dobradiças. Na colocação serão sempre observados o nível e o prumo das partes móveis.

Nas portas dos sanitários deverão ser utilizadas fechaduras apropriadas, de preferência com fechadura “livre / ocupado” cromada.



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO

Estado do Rio Grande do Sul

7 – COBERTURAS E PROTEÇÕES:

7.1 – ESTRUTURA DE MADEIRA CORREDOR EXTERNO:

Serão de angelim ou equivalente na região, de primeira qualidade, dimensões de acordo com o orçamento e projeto arquitetônico, terão mesmas dimensões que as existentes, sendo que estas serão removidas como consta nos serviços preliminares, apenas com reaproveitamento das telhas que serão retiradas manualmente e recolocadas assim que for finalizado a estrutura de madeira da cobertura.

8 – REVESTIMENTOS DE PAREDE E FORRO:

8.1 – CHAPISCO DE CIMENTO E AREIA:

Em todas as superfícies de alvenaria internas que estão com alguma inconformidade, será aplicado um chapisco de cimento e areia média, com traço 1:0:5 M (sem cal), devendo ser seguida NBR-7200.

8.2 – EMBOÇO REGUADO:

Sobre as superfícies chapiscadas, será executado um emboço de 20mm de espessura com argamassa, traço 1:2:8 (cimento/cal/areia média), perfeitamente aprumado e reguado, seguindo-se as disposições da NBR-7200.

8.3 – REVESTIMENTO CERÂMICO:

Sobre as superfícies que será colocado o registro de pressão, faremos um acabamento com um revestimento cerâmico novo, esmaltado padrão popular de dimensões 35x35cm.

9 – PINTURAS:

9.1 – PINTURA EM PAREDES:

Nas paredes internas dos banheiros, será aplicada no mínimo duas demãos de tinta acrílica sintética a base d'água, nas doses a serem definidas, de maneira a atingir a cobertura necessária, a critério da Prefeitura Municipal.

Nas paredes de tijolo a vista, será realizada uma aplicação de fundo selador para reavivar o brilho e proteção do mesmo, a aplicação será realizada tanto na parte interna como externa.

9.2 – PINTURA EM PISO DE CONCRETO:

Deverá ocorrer uma pintura com tinta à base de borracha, duas demãos, ao redor da quadra poliesportiva, no piso de concreto, após a limpeza com jato de pressão descrita no item de serviços preliminares.

9.3 – PINTURA METÁLICA:

Pintura esmalte fosco, duas demãos sobre superfície metálica para as aberturas, corrimões, gradis e perfis metálicos externos.

9.4 – PINTURA EM MADEIRA:

Após a construção da cobertura do corredor externo, ocorrerá uma pintura de duas demãos em esmalte acetinado sobre madeira.

9.5 – PINTURA EM PISO AMADEIRADO:

Na quadra poliesportiva, deverá ser realizada antes da pintura, uma lixação total, rejuntamento e após, passar laca, a pintura das faixas, que terão espessura de 10cm.

10 – DIVERSOS:

10.1 – ESPELHOS:

Serão de vidro de cristal com 4mm de espessura, sobre molduras de madeira de 6cm, com altura de 70cm (medida externamente as molduras), em frente ao lavatório, acompanhando o comprimento descrito no projeto arquitetônico.



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO

Estado do Rio Grande do Sul

10.2 – BARRA DE APOIO PARA DEFICIENTES:

Barra de apoio angular, 60cm, em aço inox polido, diâmetro mínimo de 3cm, local de instalação segue descrito no projeto arquitetônico.

10.3 – REDE DA QUADRA DE FUTEBOL:

Rede de proteção esportiva para quadra, malha 13cm, fio 3,5mm, polipropileno, branco, para laterais e fundos.

10.4 – PISO DE BORRACHA PARA VESTIÁRIOS:

Piso de borracha frisado ou partilhado, preto, em placas 50x50cm, E=7mm, para argamassa, local de instalação segue descrito no projeto arquitetônico.

11 – SERVIÇOS FINAIS E COMPLEMENTARES:

11.1 – LIMPEZA PERMANENTE DA OBRA:

Durante a execução, a obra deverá permanecer limpa, devendo os entulhos e restos serem removidos periodicamente.

11.2 – TESTE DAS INSTALAÇÕES:

Todas as instalações citadas nos memoriais descritivos serão testadas e deverão ser deixadas em perfeito estado de funcionamento, cabendo as retificações e consertos, exclusivamente as custas da Empreiteira, mesmo depois da obra recebida pela fiscalização.

Bom Princípio, junho de 2019.

Carlos Aurélio Altmann
Engenheiro Civil – CREA-RS: 51.952
Secretaria de Infraestrutura



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO
Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO II
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Obra: Revitalização do Complexo Esportivo Bom Princípio Endereço: Avenida do Parque, Bom Princípio/RS Construção: Junho 2019 Data: Junho 2019						
Item		Und.	Quant.	Material	Mão de obra	Preço Total
REFORMA DO GINÁSIO						
1 SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.1	Serviços Preliminares					
1.2.1	REMOÇÃO DE ESTRUTURA DE MADEIRA PARA COBERTURA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO, (CORREDOR EXTERNO).	m ²	70,00	1,48	R\$ 1,21	R\$ 188,65
1.2.2	LIMPEZA DE REVESTIMENTO CERÂMICO COM HIPOCLORITO DE SÓDIO.	m ²	175,00	3,89	R\$ 3,18	R\$ 1.237,78
1.2.3	LIMPEZA DE REVESTIMENTO EM PAREDE E PISO COM SOLUÇÃO DE ÁCIDO MURIÁTICO/AMÔNIA.	m ²	60,00	4,83	R\$ 3,95	R\$ 526,68
1.2.4	LIMPEZA DE CALHA COM JATO DE ALTA PRESSÃO DE AR E ÁGUA.	m ²	35	1,07	R\$ 0,88	R\$ 68,15
1.2.5	LIMPEZA DE PISO EM CONCRETO DO GINÁSIO COM JATO DE ALTA PRESSÃO DE AR E ÁGUA.	m ²	700,00	1,07	R\$ 0,88	R\$ 1.362,90
Subtotal item 1.0						R\$ 3.384,15
2 INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS						
2.1	Registros					
2.1.1	REGISTRO DE PRESSÃO BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 25MM, COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, FORNECIDO E INSTALADO.	Und.	3,00	51,46	R\$ 42,10	R\$ 280,70
2.1.2	ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM X 3/4 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	Und.	3,00	2,92	R\$ 2,39	R\$ 15,91
2.1.3	ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM X 1/2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	Und.	3,00	2,47	R\$ 2,02	R\$ 13,46



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO
Estado do Rio Grande do Sul

2.2	Adesivo plástico incolor					
2.2.1	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC, BISNAGA COM 75g.	Und.	1,00	3,68	3,01	6,70
2.3	Fita veda rosca					
2.3.1	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18MM X 50M (L x C)	Und.	1,00	6,92	R\$ 5,66	R\$ 12,57
2.4	Extras					
2.4.1	TOALHEIRO PLÁSTICO TIPO DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHADO.	Und.	2,00	19,57	R\$ 16,01	R\$ 71,15
2.4.2	SABONETEIRA PLÁSTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO COM RESERVATÓRIO 800 A 1500 ML.	Und.	2,00	18,80	R\$ 15,38	R\$ 68,35
2.4.3	PAPELEIRA DE PAREDE EM METAL CROMADO SEM TAMPA.	Und.	4,00	26,87	R\$ 21,99	R\$ 195,45
Subtotal item 2.0						R\$ 664,29
3	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E TELEFÔNICAS (380/220V)					
3.1	Elétrica – Acessórios para eletrodutos					
3.1.1	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, ANTI-CHAMA 450/750V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.					
3.1.1.1	1.5mm ² - Azul claro	m	65,00	1,10	R\$ 0,90	R\$ 129,42
3.1.1.2	1.5mm ² - Vermelho	m	65,00	1,10	R\$ 0,90	R\$ 129,42
3.1.1.3	1.5mm ² - Branco	m	65,00	1,10	R\$ 0,90	R\$ 129,42
3.2	Eletroduto corrugado					
3.2.1	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25MM (3/4”) – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, LÂMPADAS A INSTALAR NO CORREDOR EXTERNO.	m	65,00	4,11	R\$ 3,36	R\$ 485,49
3.2.2	LUVA DE PRESSÃO, EM PVC, DE 25 MM, PARA ELETRODUTO FLEXÍVEL.	Und.	20,00	0,67	R\$ 0,55	R\$ 24,42
3.3	Elétrica – Dispositivo Elétrico - embutido					
3.3.1	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	Und.	1,00	12,70	R\$ 10,39	R\$ 23,09
3.3.2	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	Und.	2,00	15,07	R\$ 12,33	R\$ 54,80
3.4	Elétrica – Dispositivo de proteção					
3.4.1	Disjuntor bipolar eletromagnético					
3.4.1.1	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO BIPOLAR PADRÃO NEMA (AMERICANO) 10A 50A 240V, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	Und.	1,00	28,77	R\$ 23,54	R\$ 52,32



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO
Estado do Rio Grande do Sul

3.4.2	Elétrica – Lâmpada e acessórios					
3.4.2.1	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 2U BRANCA 15W, BASE E27 (127V/220V), A INSTALAR NO CORREDOR EXTERNO E NOS AMBIENTES FALTANTES DO GINÁSIO.	Und.	12,00	6,01	R\$ 4,92	R\$ 131,08
3.4.2.2	LUMINÁRIA DE TETO PLAFON EM PLÁSTICO C/BASE E 27, POTÊNCIA MÁXIMA 60W (S/LÂMPADA), A INSTALAR, CORREDOR EXTERNO.	Und.	5,00	1,91	R\$ 1,56	R\$ 17,38
3.5	Elétrica – Quadro de medição					
3.5.1	Caixa embutir entrada					
3.5.1.2	RELÉ FOTOELÉTRICO P/ COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 220V/1000W – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	Und.	1,00	18,04	R\$ 14,76	R\$ 32,80
Subtotal item 3.0						R\$ 1.209,62
4	ESQUADRIAS					
4.1	PORTA EM ALUMÍNIO DE ABRIR TIPO VENEZIANA COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO – (0,9 x 1,80 – VESTIÁRIO FEMININO).	Und.	3,00	529,16	R\$ 246,94	R\$ 2.328,31
Subtotal item 4.0						R\$ 2.328,31
5	COBERTURA DO TELHADO					
5.1	COBERTURA DE TELHADO CORREDOR EXTERNO					
5.1.1	REPARAÇÃO PARCIAL NA ESTRUTURA DE TELHADO (TESOURAS, TERÇAS E CAIBROS), COM PINTURA ESMALTE ALTO BRILHO, DUAS DEMÃOS, SOBRE SUPERFÍCIE METÁLICA.	m ²	70,00	10,61	R\$ 8,68	R\$ 1.349,81
5.1.2	VIGA DE MADEIRA NÃO APARELHADA 8 x 20cm, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO.	m	34,00	21,93	R\$ 17,94	R\$ 1.355,75
5.1.3	PILAR DE MADEIRA NÃO APARELHADA *20 x 20* CM, MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO (7 UNIDADES).	m	17,50	34,42	R\$ 28,17	R\$ 1.095,33
5.1.4	CANTONEIRA ALUMÍNIO ABAS IGUAIS 2”, E = ¼”, CORTE FEITO IN LOCO PARA FIXAÇÃO DOS MOURÕES NA VIGA JÁ EXISTENTE.	m	2,00	18,21	R\$ 14,90	R\$ 66,22
5.1.5	CHUMBADOR DE AÇO TIPO	Kg	3,00	5,09	R\$ 4,16	R\$ 27,75



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO
Estado do Rio Grande do Sul

	PARABOLT, * 5/8 x 200* MM, COM PORCA E ARRUELA, INCLUI MÃO DE OBRA.					
5.1.6	RECOLOCAÇÃO DE TELHAS CERÂMICAS, CONSIDERANDO REAPROVEITAMENTO DE MATERIAL.	m ²	70,00	6,64	R\$ 5,44	R\$ 845,46
Subtotal item 5.0						R\$ 4.740,32
6	REVESTIMENTO					
6.1	MASSA PARA PAREDES					
6.1.1	MASSA ÚNICA PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM.	m ²	20,00	15,78	R\$ 12,91	R\$ 573,76
6.1.2	REVESTIMENTO CERÂMICO ESMALTADO PADRÃO POPULAR DE DIMENSÕES 35x35 CM (COLOCAÇÃO DE AZULEJO NOS REGISTROS).	m ²	2,00	14,93	R\$ 12,21	R\$ 54,27
Subtotal item 6.0						R\$ 628,03
7	PINTURAS					
7.1	PINTURA EM PAREDES					
7.1.1	PINTURA SOBRE PAREDES E TETO, COM LIXAMENTO, 02 DEMÃOS DE MASSA ACRÍLICA E 02 DEMÃOS DE TINTA ACRÍLICA.	m ²	380,00	7,15	R\$ 5,85	R\$ 4.936,58
7.1.2	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PANOS COM PRESENÇA DE VÃOS DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS PARA TIJOLO À VISTA (INTERNO E EXTERNO).	m ²	1.500,00	1,24	R\$ 1,02	R\$ 3.394,05
7.2	PINTURA EM PISO DE CONCRETO					
7.2.1	PINTURA COM TINTA A BASE DE BORRACHA, 2 DEMÃOS (AO REDOR DA QUADRA).	m ²	170,00	22,88	R\$ 18,72	R\$ 7.070,47
7.3	PINTURA METÁLICA					
7.3.1	PINTURA ESMALTE FOSCO, DUAS DEMÃOS, SOBRE SUPERFÍCIE METÁLICA PARA AS ABERTURAS, CORRIMÕES, GRADIS E PERFIS METÁLICOS EXTERNOS.	m ²	140,00	14,74	R\$ 12,06	R\$ 3.752,98
7.4	PINTURA EM MADEIRA COBERTURA DO CORREDOR EXTERNO					
7.4.1	PINTURA ESMALTE	m ²	35,00	9,35	R\$ 7,65	R\$ 595,21



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO
Estado do Rio Grande do Sul

	ACETINADO EM MADEIRA, DUAS DEMÃOS					
7.5	PINTURA EM PISO AMADEIRADO					
7.5.1	LIXAR, REJUNTAR E PASSAR LACA.	m ²	528,00	20,00	R\$ 16,36	R\$ 19.021,25
7.5.2	PINTURA ACRÍLICA DE FAIXAS, DEMARCAÇÃO EM QUADRA POLIESPORTIVA, 10CM	mL	200,00	6,21	R\$ 5,08	R\$ 2.259,40
Subtotal item 8.0						R\$ 41.209,94
8	ELEMENTOS DECORATIVOS E OUTROS					
8.1	VIDROS					
8.1.1	VIDRO LISO COMUM TRANSPARENTE, ESPESSURA 3MM.	m ²	30,00	55,30	R\$ 45,25	R\$ 3.016,53
8.1.2	ESPELHO CRISTAL ESPESSURA 4MM, COM MOLDURA DE MADEIRA – (1,2 x 1,2 + 1,2 x 1,2 + 1,2 x 2).	m ²	4,30	210,93	R\$ 172,58	R\$ 1.649,11
8.2	BARRA DE APOIO PARA DEFICIENTE, COLOCADA NOS BANHEIROS					
8.2.1	BARRA DE APOIO ÂNGULAR, 60 CM, EM AÇO INOX POLIDO, DIÂMETRO MÍNIMO 3 CM.	Und.	4,00	162,14	R\$ 132,66	R\$ 1.179,20
8.3	REDE DA QUADRA DE FUTEBOL					
8.3.1	REDE DE PROTEÇÃO ESPORTIVA, PARA QUADRA, MALHA 13CM, FIO 3,5MM, POLIPROPILENO, BRANCO, PARA LATERAIS E FUNDOS.	m ²	1.000,00	8,29	R\$ 6,78	R\$ 15.070,00
8.3.2	REDE PARA TRAVE DE FUTEBOL DE SALÃO, MALHA 11 CM, FIO 4,00MM.	Und.	2,00	369,05	R\$ 301,95	R\$ 1.342,00
8.3.3	JOGO DE CATRACA PARA LEVANTAR A REDE.	Vb	1,00	1.408,00	R\$ 352,00	R\$ 1.760,00
8.4	PISO DE BORRACHA PARA VESTIÁRIOS					
8.4.1	PISO DE BORRACHA FRISADO OU PASTILHADO, PRETO, EM PLACAS 50 x 50 CM, E = 7 MM, PARA ARGAMASSA.	m ²	6,50	67,31	R\$ 55,07	R\$ 795,51
Subtotal item 8.0						R\$ 24.821,35

Total, com BDI incluso de 10%	R\$ 78.977,01
--------------------------------------	----------------------

TOTAL GERAL	R\$ 78.977,01
--------------------	----------------------

Bom Princípio, junho de 2019.

Carlos Aurélio Altmann
Eng. Civil – CREA-RS 51.952
Secretaria de Infraestrutura



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO
Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO III
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM PRINCÍPIO – RS

Obra: Revitalização do Centro Esportivo União
Endereço: Avenida do Parque
Construção: REFORMA GINÁSIO
Data: junho de 2019

Item	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR (R\$)	ETAPAS		ETAPAS		ETAPAS		ETAPAS		%TOTAL	TOTAL (R\$)
			Mês 1		Mês 2		Mês 3		Mês 4			
			%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$		
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	3.384,15	80	2.707,32	20	676,83					100	3.384,15
2.0	INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS	664,29	10	66,43	20	132,86	50	332,15	20	132,86	100	664,29
3.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E TELEFÔNICAS (380/220V)	1.209,62	15	181,44	20	241,92	45	544,33	20	241,92	100	1.209,62
4.0	ESQUADRIAS	2.328,31					50	1.164,15	50	1.164,15	100	2.328,31
5.0	COBERTURA DE TELHADO	4.740,32			20	948,06	60	2.844,19	20	948,06	100	4.740,32
6.0	REVESTIMENTO	628,03			50	314,02	40	251,21	10	62,80	100	628,03
7.0	PINTURAS	41.209,94					40	16.483,98	60	24.725,96	100	41.209,94
8.0	ELEMENTOS DECORATIVOS E OUTROS	24.812,35	15	3.721,85	30	7.443,71	20	4.962,47	35	8.684,32		78.977,01
TOTAL ACUMULADO												R\$ 78.977,01

Bom Princípio, junho de 2019.

Carlos Aurélio Altmann
Eng. Civil – CREA nº 51.952
Secretaria da Infraestrutura



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO
Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA IMPRESSA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019

EMPRESA: _____
ENDEREÇO: _____
CNPJ: _____ INSCR. ESTADUAL: _____
RESPONSÁVEL: _____ FONE: _____
E-mail: _____
DADOS BANCÁRIOS: Banco _____ Ag.: _____ C/c.: _____

Obra: Revitalização do Complexo Esportivo Bom Princípio Endereço: Avenida do Parque, Bom Princípio/RS Construção: Junho 2019 Data: Junho 2019						
Item		Und.	Quant.	Material	Mão de obra	Preço Total
REFORMA DO GINÁSIO						
1 SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.1 Serviços Preliminares						
1.2.1	REMOÇÃO DE ESTRUTURA DE MADEIRA PARA COBERTURA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO, (CORREDOR EXTERNO).	m ²	70,00	1,48		
1.2.2	LIMPEZA DE REVESTIMENTO CERÂMICO COM HIPOCLORITO DE SÓDIO.	m ²	175,00	3,89		
1.2.3	LIMPEZA DE REVESTIMENTO EM PAREDE E PISO COM SOLUÇÃO DE ÁCIDO MURIÁTICO/AMÔNIA.	m ²	60,00	4,83		
1.2.4	LIMPEZA DE CALHA COM JATO DE ALTA PRESSÃO DE AR E ÁGUA.	m ²	35	1,07		
1.2.5	LIMPEZA DE PISO EM CONCRETO DO GINÁSIO COM JATO DE ALTA PRESSÃO DE AR E ÁGUA.	m ²	700,00	1,07		
Subtotal item 1.0						
2 INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS						
2.1 Registros						
2.1.1	REGISTRO DE PRESSÃO	Und.	3,00	51,46		



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO
Estado do Rio Grande do Sul

	BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 25MM, COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, FORNECIDO E INSTALADO.					
2.1.2	ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM X 3/4 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	Und.	3,00	2,92		
2.1.3	ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM X 1/2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	Und.	3,00	2,47		
2.2	Adesivo plástico incolor					
2.2.1	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC, BISNAGA COM 75g.	Und.	1,00	3,68		
2.3	Fita veda rosca					
2.3.1	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18MM X 50M (L x C)	Und.	1,00	6,92		
2.4	Extras					
2.4.1	TOALHEIRO PLÁSTICO TIPO DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHADO.	Und.	2,00	19,57		
2.4.2	SABONETEIRA PLÁSTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO COM RESERVATÓRIO 800 A 1500 ML.	Und.	2,00	18,80		
2.4.3	PAPELEIRA DE PAREDE EM METAL CROMADO SEM TAMPA.	Und.	4,00	26,87		
				Subtotal item 2.0		
3	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E TELEFÔNICAS (380/220V)					
3.1	Elétrica – Acessórios para eletrodutos					
3.1.1	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, ANTI-CHAMA 450/750V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.					
3.1.1.1	1.5mm ² - Azul claro	m	65,00	1,10		
3.1.1.2	1.5mm ² - Vermelho	m	65,00	1,10		
3.1.1.3	1.5mm ² - Branco	m	65,00	1,10		
3.2	Eletroduto corrugado					
3.2.1	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25MM (3/4") – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, LÂMPADAS A INSTALAR NO CORREDOR EXTERNO.	m	65,00	4,11		
3.2.2	LUVA DE PRESSÃO, EM PVC, DE 25 MM, PARA ELETRODUTO FLEXÍVEL.	Und.	20,00	0,67		
3.3	Elétrica – Dispositivo Elétrico - embutido					
3.3.1	INTERRUPTOR SIMPLES (1	Und.	1,00	12,70		



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO
Estado do Rio Grande do Sul

	MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.					
3.3.2	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	Und.	2,00	15,07		
3.4	Elétrica – Dispositivo de proteção					
3.4.1	Disjuntor bipolar eletromagnético					
3.4.1.1	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO BIPOLAR PADRÃO NEMA (AMERICANO) 10A 50A 240V, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	Und.	1,00	28,77		
3.4.2	Elétrica – Lâmpada e acessórios					
3.4.2.1	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 2U BRANCA 15W, BASE E27 (127V/220V), A INSTALAR NO CORREDOR EXTERNO E NOS AMBIENTES FALTANTES DO GINÁSIO.	Und.	12,00	6,01		
3.4.2.2	LUMINÁRIA DE TETO PLAFON EM PLÁSTICO C/BASE E 27, POTÊNCIA MÁXIMA 60W (S/LÂMPADA), A INSTALAR, CORREDOR EXTERNO.	Und.	5,00	1,91		
3.5	Elétrica – Quadro de medição					
3.5.1	Caixa embutir entrada					
3.5.1.2	RELÉ FOTOELÉTRICO P/ COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 220V/1000W – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	Und.	1,00	18,04		
Subtotal item 3.0						
4	ESQUADRIAS					
4.1	PORTA EM ALUMÍNIO DE ABRIR TIPO VENEZIANA COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO – (0,9 x 1,80 – VESTIÁRIO FEMININO).	Und.	3,00	529,16		
Subtotal item 4.0						
5	COBERTURA DO TELHADO					
5.1	COBERTURA DE TELHADO CORREDOR EXTERNO					
5.1.1	REPARAÇÃO PARCIAL NA ESTRUTURA DE TELHADO (TESOURAS, TERÇAS E CAIBROS), COM PINTURA ESMALTE ALTO BRILHO, DUAS	m ²	70,00	10,61		



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO
Estado do Rio Grande do Sul

	DEMÃOS, SOBRE SUPERFÍCIE METÁLICA.					
5.1.2	VIGA DE MADEIRA NÃO APARELHADA 8 x 20cm, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO.	m	34,00	21,93		
5.1.3	PILAR DE MADEIRA NÃO APARELHADA *20 x 20* CM, MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO (7 UNIDADES).	m	17,50	34,42		
5.1.4	CANTONEIRA ALUMÍNIO ABAS IGUAIS 2", E = ¼", CORTE FEITO IN LOCO PARA FIXAÇÃO DOS MOURÕES NA VIGA JÁ EXISTENTE.	m	2,00	18,21		
5.1.5	CHUMBADOR DE AÇO TIPO PARABOLT, * 5/8 x 200* MM, COM PORCA E ARRUELA, INCLUI MÃO DE OBRA.	Kg	3,00	5,09		
5.1.6	RECOLOCAÇÃO DE TELHAS CERÂMICAS, CONSIDERANDO REAPROVEITAMENTO DE MATERIAL.	m ²	70,00	6,64		
Subtotal item 5.0						
6	REVESTIMENTO					
6.1	MASSA PARA PAREDES					
6.1.1	MASSA ÚNICA PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM.	m ²	20,00	15,78		
6.1.2	REVESTIMENTO CERÂMICO ESMALTADO PADRÃO POPULAR DE DIMENSÕES 35x35 CM (COLOCAÇÃO DE AZULEJO NOS REGISTROS).	m ²	2,00	14,93		
Subtotal item 6.0						
7	PINTURAS					
7.1	PINTURA EM PAREDES					
7.1.1	PINTURA SOBRE PAREDES E TETO, COM LIXAMENTO, 02 DEMÃOS DE MASSA ACRÍLICA E 02 DEMÃOS DE TINTA ACRÍLICA.	m ²	380,00	7,15		
7.1.2	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PANOS COM PRESENÇA DE VÃOS DE EDIFÍCIOS DE	m ²	1.500,00	1,24		



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO
Estado do Rio Grande do Sul

	MÚLTIPLOS PAVIMENTOS PARA TIJOLO À VISTA (INTERNO E EXTERNO).					
7.2	PINTURA EM PISO DE CONCRETO					
7.2.1	PINTURA COM TINTA A BASE DE BORRACHA, 2 DEMÃOS (AO REDOR DA QUADRA).	m ²	170,00	22,88		
7.3	PINTURA METÁLICA					
7.3.1	PINTURA ESMALTE FOSCO, DUAS DEMÃOS, SOBRE SUPERFÍCIE METÁLICA PARA AS ABERTURAS, CORRIMÕES, GRADIS E PERFIS METÁLICOS EXTERNOS.	m ²	140,00	14,74		
7.4	PINTURA EM MADEIRA COBERTURA DO CORREDOR EXTERNO					
7.4.1	PINTURA ESMALTE ACETINADO EM MADEIRA, DUAS DEMÃOS	m ²	35,00	9,35		
7.5	PINTURA EM PISO AMADEIRADO					
7.5.1	LIXAR, REJUNTAR E PASSAR LACA.	m ²	528,00	20,00		
7.5.2	PINTURA ACRÍLICA DE FAIXAS, DEMARCAÇÃO EM QUADRA POLIESPORTIVA, 10CM	mL	200,00	6,21		
Subtotal item 8.0						
8	ELEMENTOS DECORATIVOS E OUTROS					
8.1	VIDROS					
8.1.1	VIDRO LISO COMUM TRANSPARENTE, ESPESSURA 3MM.	m ²	30,00	55,30		
8.1.2	ESPELHO CRISTAL ESPESSURA 4MM, COM MOLDURA DE MADEIRA – (1,2 x 1,2 + 1,2 x 1,2 + 1,2 x 2).	m ²	4,30	210,93		
8.2	BARRA DE APOIO PARA DEFICIENTE, COLOCADA NOS BANHEIROS					
8.2.1	BARRA DE APOIO ÂNGULAR, 60 CM, EM AÇO INOX POLIDO, DIÂMETRO MÍNIMO 3 CM.	Und.	4,00	162,14		
8.3	REDE DA QUADRA DE FUTEBOL					
8.3.1	REDE DE PROTEÇÃO ESPORTIVA, PARA QUADRA, MALHA 13CM, FIO 3,5MM, POLIPROPILENO, BRANCO, PARA LATERAIS E FUNDOS.	m ²	1.000,00	8,29		
8.3.2	REDE PARA TRAVE DE FUTEBOL DE SALÃO, MALHA 11 CM, FIO 4,00MM.	Und.	2,00	369,05		
8.3.3	JOGO DE CATRACA PARA LEVANTAR A REDE.	Vb	1,00	1.408,00		
8.4	PISO DE BORRACHA PARA VESTIÁRIOS					
8.4.1	PISO DE BORRACHA FRISADO OU PASTILHADO, PRETO, EM PLACAS 50 x 50 CM, E = 7 MM,	m ²	6,50	67,31		



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO
Estado do Rio Grande do Sul

PARA ARGAMASSA.					
					Subtotal item 8.0

Total, com BDI incluso de 10%	
--------------------------------------	--

TOTAL GERAL	
--------------------	--

Proposta válida por 60 dias.

_____, _____ de _____ de 2019.
(local e data)

Assinatura da empresa



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO
Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO V
PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa _____, com sede na Rua/Av. _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos estabelecidos no presente edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019**, nos termos do art. 4º, VII da Lei nº 10.520/2002.

_____, _____ de _____ de 2019.
(local e data)

Nome e assinatura do representante Legal



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO
Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO VI
PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019
MODELO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o (a) Sr.(a) _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar do Pregão Presencial Nº 046/2019, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, CNPJ nº _____, bem como formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

_____, _____ de _____ de 2019.
(local e data)

Nome a assinatura do representante Legal



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO
Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO VII
PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019
DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, DECLARA, para fins de atendimento ao disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos.

_____, _____ de _____ de 2019.
(local e data)

Nome e assinatura do representante Legal



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO
Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO VIII
PREGÃO PRESENCIAL 046/2019
DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, DECLARA, para fins de atendimento ao disposto que dispõe de equipe, instalações e aparelhamento adequado para a prestação dos serviços.

Bom Princípio, RS, _____, _____ de 2019.

Nome e assinatura do representante Legal



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO

Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO IX MINUTA DE CONTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019

Pelo presente instrumento particular de contrato, as partes de um lado o MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 90.873.787/0001-99, com sede à Avenida Guilherme Winter, 65, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Fábio Persch, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, município de _____, neste ato representada por _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si, certo e ajustado as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do presente edital é a contratação de empresa, sob regime de empreitada global (mão de obra e materiais) para execução de ampliação e reforma dos vestiários e piscina do complexo esportivo união, conforme descrição nos Anexos I, II e III, tudo conforme Pregão Presencial Nº 046/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA: A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços, ao CONTRATANTE, conforme condições estabelecidas no Edital de Licitação Pregão Presencial nº 046/2019, anexos e de acordo com a proposta vencedora da licitação os serviços abaixo discriminados:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA TERCEIRA: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ _____. Os pagamentos serão realizados de acordo com a execução da obra, após a medição e recebimento de cada etapa, pelo fiscal do contrato, Sr. Carlos Aurelio Altmann, conforme cronograma físico-orçamentário constante do anexo III deste Edital, até o 5º dia útil do recebimento, mediante depósito bancário, condicionado à apresentação de nota fiscal correspondente, juntamente com a planilha contendo os serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA: Correm por conta exclusiva da CONTRATADA as despesas necessárias à execução da reforma, tais como transporte, encargos previdenciários, trabalhistas, sociais e fiscais.

CLÁUSULA QUINTA: Este contrato tem validade de 90 (noventa) dias, a contar da emissão do empenho, para a execução e conclusão da obra.

CLÁUSULA SEXTA: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

5 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT. E DESPORTO

6 - DESPORTO E LAZER

27.812.0204.1011 CONSTR. AMPLIAÇ. REF. QUADRAS, CAMPOS E GINÁS. ESP.

344905100000000 OBRAS E INSTALAÇÕES (997)

Recurso: 11 Alienação

344905100000000 OBRAS E INSTALAÇÕES (1515)

Recurso: 1 Livre

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato está vinculado ao Pregão Presencial 046/2019 e será regido em todos os seus termos pela Lei 8.666/93 e posteriores alterações, Lei 10.520/2002 a qual terá aplicabilidade também onde este contrato for omissivo.

CLÁUSULA OITAVA: O Município poderá modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação as finalidades de interesse público respeitado os direitos do CONTRATADO.

CLÁUSULA NONA: Constituem direitos e obrigações dos contratantes todos aqueles avençados no presente contrato, em especial os abaixo referidos:



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO

Estado do Rio Grande do Sul

I – Dos Direitos

Do CONTRATANTE:

- receber o objeto deste contrato nas condições avençadas.

Da CONTRATADA:

- perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

II – Das Obrigações

Do CONTRATANTE:

- fiscalizar o recebimento dos produtos e serviços licitados;
- fornecer e fiscalizar a planilha de controle de fornecimento, fornecida para preenchimento pela Contratada, conforme previsto no edital, no contrato e nos anexos;
- efetuar o pagamento nos prazos e condições ajustadas.

Da CONTRATADA:

- fornecer os serviços e produtos nas quantidades, qualidade e especificações constantes no contrato, edital e seus anexos;
- entregar os produtos e serviços objeto do presente contrato, na forma, nos prazos e condições previstas na presente contrato e edital;
- repor, sem qualquer ônus, os produtos ou serviços entregues fora das especificações, quantidades, qualidade ou marca especificados na proposta vencedora;
- preencher e a apresentar a planilha de controle de fornecimento, sempre que fornecer os produtos e serviços contratados;
- assumir a inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, atendidas as condições previstas no edital;
- manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários e fiscais.

CLÁUSULA DÉCIMA – Pela inexecução total ou parcial do contrato o **CONTRATANTE** poderá, garantida prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes penalidades:

10.1 - A recusa pelo fornecedor em prestar o serviço adjudicado acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total homologado.

10.2 - O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega, acarretará a multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total homologado.

10.3 - O não-cumprimento de obrigação acessória, sujeitará o fornecedor à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total homologado.

10.4 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

10.5 - Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

10.6 - As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

10.7 - Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

10.8 As penalidades cabíveis em caso de descumprimento ou inexecução do contrato, ou obtenção de vantagem indevida pela contratada, são as dos arts. 86, 87, 88 da Lei nº 8.666/93.



MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO

Estado do Rio Grande do Sul

PARÁGRAFO ÚNICO - As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato. As multas aplicadas na execução do contrato serão descontadas do pagamento, a critério exclusivo do CONTRATANTE e quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Poderá ser rescindido o presente contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem qualquer direito à indenização, por parte da CONTRATADA, se esta:

- I - não cumprir regularmente quaisquer das obrigações assumidas neste contrato;
- II - subcontratar, transferir ou ceder, total ou parcialmente, o objeto deste contrato a terceiros;
- III - fusionar, cindir ou incorporar-se a outra empresa;
- IV - executar os serviços com imperícia técnica;
- V - falir, requerer concordata ou for instaurada insolvência civil;
- VI - paralisar ou cumprir lentamente os serviços, sem justa causa, por mais de 24 horas;
- VII - demonstrar incapacidade, desaparelhamento, inidoneidade técnica ou má fé;
- VIII - atrasar injustificadamente a conclusão dos serviços.

PARÁGRAFO ÚNICO – Este contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo, atendida a conveniência do CONTRATANTE, mediante termo próprio, recebendo a CONTRATADA o valor dos serviços já prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Infraestrutura, cabendo a fiscalização do mesmo ao servidor Carlos Aurelio Altmann.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Para dirimir quaisquer dúvidas relacionadas com a execução desta ata, fica eleito o Foro da Comarca de São Sebastião do Cai/RS, com exclusão de qualquer outro, por mais competente e qualificado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas, a tudo presentes.

Bom Princípio, ____ de _____ de 2019.

FABIO PERSCH
Prefeito Municipal

Contratado